

Como era Gostoso ser Escravo no Brasil A Apologia da Servidão Voluntária de Kátia de Queirós Mattoso¹

Comme il était bon d'être esclave au Brésil
L'Apologie de la Servitude Volontaire de Kátia de Queirós Mattoso

Mário Maestri²

Em memória do mestre José Capela

“A idealização da escravidão, a idéia romântica da suavidade da escravidão no Brasil, o retrato do escravo fiel e do senhor benevolente e amigo do escravo, que acabaram por prevalecer na literatura e na história, foram alguns dos mitos forjados pelas sociedade escravista na defesa do sistema de que não julgava prescindir.”

Emília Votti da Costa

Da senzala à colônia, p. 270.

Resumo: Traduzido ao português, em 1982, *Ser escravo no Brasil*, de Kátia de Queirós Mattoso, apresentou síntese da escravidão no Brasil, do aprisionamento do cativo na África até sua eventual libertação, no Brasil, pela alforria e pela Abolição. Seguindo as grandes teses de Gilberto Freyre, de 1933-36, o livro restringiu a resistência ao cativo incapaz de adaptar-se à sociedade brasileira paternalista, que lhe prometia mesa farta, pouco trabalho e raramente castigo. O trabalho deslocava a resistência-oposição pela integração consensual entre exploradores e explorados que teria garantido a paz social no país. O presente artigo ensaia crítica geral sumária a esse trabalho clássico, de ampla influência em nossa historiografia especializada.

Palavras-chave: Escravidão; Resistência servil; Historiografia

¹ Agradecemos as leituras da linguista Florence Carboni, do PPGL da UFRGS, e do historiador Théo L. Piñeiro.

² Mário Maestri, 67, doutor pela UCL, Bélgica, é professor titular do PPGH da UPF. E-mail: maestri@via-rs.net

Resumée: Le livre *Être esclave au Brésil*, de Kátia de Queirós Mattoso, traduit en portugais et publié au Brésil en 1982, présente une synthèse de l'esclavage au Brésil, de la capture des esclaves en Afrique à leur éventuelle libération au Brésil, à travers l'affranchissement ou après l'Abolition de l'esclavage. Ce livre, qui suit les grandes thèses de Gilberto Freyre, de 1933-36, restreint la résistance à l'esclavage de la part des captifs à leur incapacité de s'adapter à la société brésilienne paternaliste, qui lui promettait une table bien servie, peu de travail et des punitions rares. Ce travail remplace donc la résistance-opposition à l'asservissement par une intégration consensuelle entre les oppresseurs et les opprimés, qui aurait assuré la paix sociale dans le pays. Le présent article propose une critique générale sommaire à ce livre classique qui a eu une considérable influence dans l'historiographie spécialisée au Brésil.

Mots-clefs: Esclavage; Résistance esclave; Historiographie

Ser escravo no Brasil: Edição e Recepção

Publicado em francês, em 1979, como trabalho de divulgação, ao ser lançado no Brasil, em 1982, em tradução descuidada, *Ser escravo no Brasil*, de Kátia de Queirós Mattoso, foi acolhido com irrestritos elogios acadêmicos (MATTOSO, 1982; MATTOSO, 1979). O livro foi prefaciado por Ciro Flamarión Cardoso que o definiu como “obra magnífica, destinada a abrir uma nova era nos estudos da escravidão brasileira”. (MATTOSO, 1982, p. 10). Foram raras e pouco audíveis as dissensões (GORENDER, 1990, p. 21-22, 64, 90, 113 *et passim*; MAESTRI, 1988, p. 43, 73, 89, 96, 118; MAESTRI, 1991, p. 36, 92, 112, 121, 153-4, 167; MAESTRI, 1989). O livro divide-se em três partes - e nove capítulos - dedicadas à longa transformação do negro-africano³ em cativo, liberto e homem livre. Na primeira parte, aborda-se o transporte e a venda dos africanos e, na segunda, sua singular metamorfose em “escravo” no Brasil. Na terceira, discutem-se a alforria; as relações entre libertos, cativos e homens livres e a, finalmente, a Abolição.

Ser escravo no Brasil constituía-se uma negação direta da historiografia marxista e de sua leitura da escravidão a partir do trabalho e da oposição escravizador *versus* escravizado, versões historiográficas declinantes na historiografia especializada, mas ainda fortes, quando da edição francesa do livro, em 1979. As “relações de produção não bastam” para

³ Utilizamos o termo “africano” e “negro-africano” para referir as múltiplas comunidades subsaarianas do continente africano que serviram de sementeira ao tráfico europeu de trabalhadores escravizados.

aquela análise; muitos cativos não participam de “modo definido de produção”; as “relações sociais no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX são [...] complexas, bem mais do que a imagem simplificadora refletida pela clássica oposição entre os homens livres dominantes e os homens pretos dominados [...]” - são alguma das afirmações habituais no ensaio (MATTOSO, 1982, p. 101, 123). Em sua *demárche*, Kátia Mattoso retoma às célebres teses *social-integradoras* de escravidão patriarcal de Gilberto Freyre, apresentadas em 1933, em *Casa Grande & Senzala*, e, em 1936, *Sobrados e Mucambos*, não raro quase textualmente e sem o *magnetismo* das mesmas, exacerbando as propostas daquele autor de *reconstrução* das representações da escravidão e dos escravistas, pelos escravizados, em próprio proveito (FREYRE, 2003; FREYRE, 1996). Como veremos, como o sociólogo pernambucano, a historiadora greco-francesa realiza verdadeiro elogio à escravidão, sobretudo nordestina e baiana, e termina literalmente lamentando a abolição da escravatura. Para tal, também na esteira de Freyre, pratica comumente um amplo e sumário desconhecimento das evidências históricas e da literatura especializada.

Sua leitura *negacionista* da exploração econômica e da coerção escravista termina estabelecendo explicitamente a *paz social* na sociedade escravista, através de concordância e da concorrência de interesses entre *cativos* e *amos*, descoladas de qualquer determinação material. Nessa narrativa ideológica e arbitrária, onde as fontes são raramente indicadas, sob a escusa de o texto se dirigir ao mais amplo público, generaliza-se o particular; unificam-se fatos singulares; amalgamam-se história e mito; propõem-se fatos inverossímeis; ignoram-se evidências históricas e a bibliografia especializada, como jamais se fizera em obra de pretensão historiográfica.⁴

Passados 32 anos de sua publicação em português, justifica-se o retorno à discussão deste trabalho, por ele, salvo engano, jamais ter sido objeto de crítica mais sistemática, e, sobretudo, por ter constituído um verdadeiro *signal dos tempos*, anunciando as grandes linhas da historiografia restauracionista sobre a escravidão brasileira, que, a seguir, assumiria crescente força. Utilizamos livremente para a redação do presente trabalho - escrito a pedido do amigo, colega e companheiro Théo L. Piñeiro, poucas semanas antes de seu precoce falecimento - o borrador de artigo quase concluído, que recuperamos há poucos meses, após ter sido extraviado, quando de viagem de retorno da Itália ao Brasil, em 1985. Por isso, algumas referências a trabalhos hoje quase históricos. Finalmente, servindo-se a autora de recursos ‘linguísticos’ para a convencimento historiográfico sobre o

⁴Entre outros inúmeros hiatos historiográficos, fora os apresentados no presente trabalho, temos a afirmação, como fato histórico, do mito de Chico Rei; a proposta da desagregação pioneira da escravidão nas regiões cafeeiras, etc. Cf. (GORENDER, 1990, p. 15).

‘maravilhoso mundo novo’ que apresenta, destacaremos, sem pretensão à sistematização, alguns momentos tópicos da utilização desse recurso, que certamente merece uma análise sistemática.

África e Travessia, Antessala da Nova Vida

O quadro bosquejado é de enrubescer. É difícil conter suspiro de saudades dos bons tempos da escravidão no Brasil, quando os cativos comiam em mesa farta, trabalhavam mais do que pouco e apanhavam quase nunca. Uma sociedade na qual escravizados e escravizadores, cúmplices e associados, construía um *novo mundo* de esperanças, onde a resistência e a oposição eram o caminho torto embocado apenas por alguns trabalhadores desequilibrados, incapazes de abraçarem a sociedade que os acolhia como mãe carinhosa.

Ainda que com maior contenção, já na abordagem do tráfico terrível, Kátia Mattoso insinua pretensa identidade entre negreiros e cativos, ao sugerir que praticamente compartilhavam destinos comuns, nos conveses e porões. Não eram, pergunta, os “marinheiros” “também eles prisioneiros” dos tumbeiros? Não estariam, uns e outros, “ligados à mesma fome”, ao faltar a água e alimentos? “A vida” não era “dura nos navios para todos os homens, os da tripulação e os escravos”? (MATTOSO, 1982, p. 48).

Na discussão da travessia, a historiadora, que se diz simpaticamente filha adotiva da Bahia, arrisca-se a afirmar serem os negreiros portugueses mais *gentis* do que os concorrentes. “[...] mas é bem possível que os navios portugueses fossem menores, melhores organizados e mais limpos [...]” (MATTOSO, 1982, p. 47). Seguindo a lição de Gilberto Freyre, o mesmo afago é feito ao escravismo luso-brasileiro, dissociado dos demais, por razões não ditas. “Ser escravo no Brasil é um fato certamente pouco invejável, mas é um destino em tudo [sic] diferente da sorte que espera o cativo entregue ao plantador de algodão na Virgínia ou ao lavrador de cana das Antilhas” (MATTOSO, 1982, p. 96). Ou seja, soem os atabaques africanos, saúdem-se os orixás e as divindades protetoras, o tumbeiro em que acabam de serem embarcados não se destina ao sul dos Estados Unidos nem ao Caribe, mas às doces costas do Brasil! Na apresentação das leis lusitanas que regulavam o transporte de cativos, é dado pouco destaque ao seu geral descumprimento, sobretudo quanto à sorte dos prisioneiros. A autora critica igualmente aqueles que “tentaram [sic] mostrar como o escravo [sic] perde sua dignidade de homem” no comércio infame e indigna-se com as “generalizações” sobre aquele negócio, pois, o “tratamento aos cativos” variaria de “um navio a outro, como variavam igualmente o desconforto, a fome, a sede e a sujeira” (MATTOSO, 1982, p. 46). Não fornece informação

sobre os sugeridos tumbeiros de *primeira classe*.

A enorme documentação conhecida e os estudos historiográficos sérios, sem ressaibos *patrióticos e demagógicos*, registram o tratamento terrível dos cativos, por parte dos negreiros portugueses, ingleses, franceses, holandeses, etc. No geral, não haveria modificação substancial de uma nação para outra. E os passageiros *de baixo e de cima* conheceram, sempre, destinos radicalmente diversos e opostos. Ao faltar água e alimentos, os cativos minguavam, para que os tripulantes se safassem. O bom padre Dionigi Carli conta que, em 1669, em viagem de Luanda ao Brasil, embarcou-se em tumbeiro com quase setecentos cativos, já marcados a fogo no peito. Devido a diversas calmarias, faltando alimentos, decidiu-se que os “negros” seriam alimentados a cada dois dias - “viver dois dias só a água” - para que sobrassem alimentos para a tripulação! (CALDEIRA, 2012, p. 138-44; GASTON, 1948, p. 46-7; MENDES, 1977, p. 47-8; CANOT, 1947). Desigualdade que a autora reconhece, após sugerir a “união de destinos” e propor, em forma inverosímil, banho diário para todos os cativos. “É verdade que o cativo se lava todos os dias [...]” (MATTOSO, 1982, p. 52-3). É difícil imaginar o movimento de setecentos homens e mulheres, subindo e descendo dos porões, para realizarem seu banho diário!

Ensaando tese central de sua narrativa, em forma peremptória, a autora desqualifica as rebeliões conhecidas e desconhecidas dos cativos ao serem embarcados ou durante a viagem. “Não se dispõe de fato de qualquer [sic] relato de motim de escravos em negreiros brasileiros e, ao que parece, se houve tentativas desse gênero, elas foram rápidas e facilmente reprimidas.” (MATTOSO, 1982, p. 53). Destaque-se os usos do “qualquer”, como sinônimo de *nenhum*, e do condicional, “se houve”, para negar-enfraquecer a possibilidade da ocorrência de rebeliões. Tudo seguido por assertiva, no “pretérito perfeito”, para descrever fato materializado e que, *se ocorreram*, “foram” rápida e facilmente debeladas.

Apesar da negação cabal de revolta em tumbeiros brasileiros, Kátia Mattoso cita rebelião instigada, em 1823, por cativo ladino, que “assegurara aos negros que seriam comidos pelos brancos tão logo alcançassem terra firme.” Eles teriam matado os tripulantes e alcançado as costas da Bahia (MATTOSO, 1982, p. 53). Na África, a incompreensão da fome pantagruélica de *trabalhadores*, por sociedade que desconhecia a produção mercantil ampliada, ensejou a difundida interpretação que os prisioneiros eram transportados para além mar para serem devorados por uma raça de gigantes ou por brancos antropófagos! O jovem africano Gustavus Vassa, capturado e vendido nas Américas, ao escrever, já adulto, suas memórias, confessou que ao embarcar no tumbeiro, diante de homens estranhos, de desconhecida cor de cabelo e pele e de forte cheiro, desmaiou de medo ao compreender

que seria, mais tarde, devorado! (ARMEILIN, 1975, p.15).

Desde o Início

Como habitual no ensaio, os dados históricos golpeiam os dedos da historiadora. Temos rica informação sobre revoltas de cativos no interior da África, quando eram levados para serem vendidos nas feitorias. Sabemos de fugas, suicídios, revoltas, etc. nos entrepostos e quando dos embarques. Há dados positivos abundantes sobre cativos jogando-se ao mar, negando-se a comer, protestando com gritos e choro no porão, tentando afundar os navios. Temos registro de tentativas rebeliões, que fracassaram ou tiveram sucesso, em tumbeiros portugueses, no mínimo, desde 1509! (CALDEIRA, 2012, p. 147 *et seq.*; REDIKER, 2011, p. 23, 26, 41 *et passim*; RODRIGUES, 2005, p. 223 *et seq.*). Investigação recente identificou quase quatrocentas revoltas, com destaque para a segunda metade do século 18, das quais pouco menos de 25 foram vitoriosas! (ELTIS, 2000, p. 230 *et seq.*; MANNIX & COWLEY, 1970, p. 93 *et passim*; CANOT, 1948, p. 200; VASSA *in* ARMEILIN, 1975, 16 *et seq.*; VINCENT, 1998). Houve revoltas vitoriosas que levaram de volta os navios à África. Sobre a maioria delas, não temos informações, já que as tripulações eram liquidadas, quando da revolta ou após o retorno às praias africanas (CALDEIRA, 2012, p. 151-4). Certamente algumas revoltas levaram à perda total dos navios.

Os cuidados que tomavam os negreiros, na marcha no interior da África, ao guardar os cativos nas costas e ao embarcá-los, registravam a preocupação com possíveis revoltas dos aprisionados. Os negreiros estendiam redes nos costados dos navios e não deixavam cativos nos conveses, quando da partida, para que não tentassem atos desesperados e não vissem como os barcos eram manejados. De certo modo e em muitos casos, a oposição do africano à escravidão na África prosseguiu nos tumbeiros e nas Américas, em um verdadeiro *continuum*, apesar de formas, objetivos e intensidades diversas (CANOT, 1947, p. 223; MANNIX & COWLEY, 1970, p. 56; PARK, 1980, p. 310 *et seq.*)

Segundo a autora, era radical a mudança de tratamento e alimentação dos cativos ao desembarcarem no Brasil. “[...] depósito e entreposto são, de fato, o momento privilegiado do cativo chegado aos portos organizados.” “O negro deve ser apresentado ao comprador no seu melhor estado físico e até moral [...]” “[...] é sempre [sic] bem cuidado e posto à engorda [...]”, alimentados à “farta”: “[...] carne seca, peixe salgado, farinha de mandioca, bananas e laranjas” (MATTOSON, 1982, p. 65-7.) Entretanto, nas grandes cidades do Brasil, os alimentos foram sempre caros e temos informação sobre a alimentação precária de cativos postos à venda. Eles eram chicoteados sem dó, quando não se

comportavam como exigido (MAESTRI, 1988, p. 43). Inúmeros depoimentos e estudos e os vestígios humanos do Cemitério dos Negros do Valongo, no Rio de Janeiro, grande porta de entrada dos africanos escravizados no Brasil, registram as reais condições de chegada e de armazenamento dos cativos, à espera de serem vendidos (MATTOSO, 1982, p. 54; RODRIGUES, 2005, p. 301 *et seq.*; KARASCH, 2000, p. 67 *et seq.*)

Como Era Gostoso Ser Escravo No Brasil

Kátia Mattoso desconhece a escravidão de nativos americanos, ante-sala do cativo negro-africano. Sequer a historiografia tradicional deixou de se referir àqueles sucessos, sobre os quais dispúnhamos de valiosa bibliografia, em inícios dos anos 1980 (MARCHANT, 1980; FREITAS, 1980; MONTEIRO, 1994; VAINFAS, 1995). Para negar a escravidão americana, apoia-se nas teses racistas de Gilberto Freyre que, desdenhando os fatos históricos, afirmara, peremptório: “A enxada é que não se firmou nunca na mão do índio [...]” (FREYRE, 2003, p.169, 163, 227-9). Seguindo a mesma trilha fantasiosa, Kátia Mattoso propôs que os americanos não se adaptavam aos trabalhos sedentários e, já totalmente desbussolada, estendeu a afirmação às atividades extrativistas iniciais, dominadas pelos mesmos. “[...] os índios se haviam mostrado inadaptados aos trabalhos exigidos pela **exploração dos produtos da floresta** e do cultivo da cana”. [destacamos] (MATTOSO, 1982, p. 22).

Seguindo em sua invencionice, nega a importante população litorânea - seiscentos mil habitantes, quando Portugal apenas superava o milhão de almas - e reparte as responsabilidades pelo extermínio dos brasis entre os malfeitos das guerras e as doenças luso-brasileiras (MAESTRI, 2013, p. 51 *et seq.*) “[...] população autóctone de índios, poucos numerosa [sic], que as guerras e as doenças logo dizimarão” (MATTOSO, 1982, p. 19). Mas, então, quem *rentabilizou* as possessões do litoral, em 1500-32, e nas décadas seguintes, até o domínio da escravidão? Para Mattoso, como os americanos não se *adaptavam* à escravidão e necessitava-se de “mão-de-obra abundante”, desviou-se, em quantidade, africanos para a América. “[...] em 1502, os primeiros carregamentos de escravos negros chegam à América espanhola [...]” (MATTOSO, 1982, p. 19). Mas, enfim, quando desembarcaram, numerosos, no Brasil? Infelizmente, a autora não oferece essa informação. “Entre 1502 e 1860, mais de 9 milhões e meio de africanos serão transportados para as Américas, e o Brasil figura como o maior importador de homens pretos” (MATTOSO, 1982, p. 19). A partir da primeira oração correta da frase, insinua-se, na segunda, incorretamente, a introdução de africanos no Brasil, em 1502!

A proposta da impropriedade genético-cultural do americano ao trabalho feitorizado e, portanto, a necessidade imediata de introdução maciça de africanos, tem como corolário necessário que os últimos se *dessem bem* com a escravidão. Trata-se de outra tese, de viés claramente racista, consagrada por Gilberto Freyre, que propusera um quase destino físico do africano à escravidão americana. “Às exigências do novo regime de trabalho, o agrário, o índio não correspondeu, [...]. Foi preciso substituí-lo pela energia moça, tesa, vigorosa” do africano, fonte inesgotável de “reservas extraordinárias de alegria e de robustez animal [...]” (FREYRE, 2003, p. 229, 163). Ou seja, o *negro* era uma espécie de *animal alegre* destinado ao trabalho físico!

Muita comida, pouco trabalho, nenhum castigo

Para melhor apreender o sentido da apologia de Kátia Mattoso sobre a escravidão colonial brasileira, destacaremos os eixos centrais da narrativa: alimentação, trabalho e castigo. A seguir, discutiremos a negação da resistência-oposição como elemento sistêmico e sua substituição pela integração positiva e não contraditória dos cativos à escravidão. Processo que teria estabelecido literalmente a paz social na escravidão no Brasil, como proposto. Finalmente, abordaremos, mais rapidamente, a apresentação da libertação pela alforria e a abolição da escravatura. Não discutiremos, para não superarmos os limites obrigatórios do presente texto, as afirmações da autora sobre a “sociedade negra” no Brasil, nos anos do cativo, vista como praticamente simétrica à sociedade branca [escravista].

Vejamos, para iniciar, o “cardápio” dos escravizados em uma fazenda cafeicultora. Pela manhã, café com melaço e milho cozido. Às 10 horas, merenda, em pratos de madeira - “mingau de milho, feijão preto e torresmos recoberto de muita farinha de mandioca. Os caldeirões da carroça são fortemente condimentados com batata-doce, repolho, nabo, pimenta e salsa.” Três horas mais tarde, às 13 horas, “café com bolo de milho”. “[...] no inverno, um pouco de aguardente, para aquecer”. Às 16 horas, jantar, já que ninguém é de ferro! E, para não dormirem de barriga roncando, antes “de deitar-se, o escravo tomava uma sopa de milho com um pedaço de carne seca e um punhado de farinha de mandioca” (MATTOSO, 1982, p. 138). Esse lauto *menu* não seria exclusivo dos cativos do café. “[...] o trivial do escravo continha farinha de mandioca, milho, carne seca, caça, frutas locais (banana, laranja, limão, mamão) e melaço” (MATTOSO, 1982, p. 118). Tudo, algumas vezes, arrematado com peixes e crustáceos! Se esse era a refeição *trivial*, o que seria a *excepcional*! Registre-se a descrição com vocábulos mais próprios a manuais gastronômicos do que à triste, monótona e não raro insuficiente refeição dos cativos - “merenda”, “caldeirões”,

“condimentados”, “frutas locais”, “crustáceos”, “muita”, “fortemente”, “bolo”. Retomando a retórica dos escravizadores, a historiadora propõe que o “regime alimentar do cativo fosse superior ao da “população pobre do Brasil” (MATTOSO, 1982, p. 118).

Sob o domínio da produção monocultora escravista de exportação, os gêneros alimentícios foram sempre poucos e caros, com destaque para as cidades. O próprio Gilberto Freyre, mais cauteloso nessa questão, reconheceu o alto preços dos gêneros alimentícios e ressaltou que, nas “engenhocas” e propriedades mais pobres do Nordeste, os escravistas, procurando “tirar todo o proveito de seu capital-homem”, “davam apenas aos escravos feijão cozido com angu, um bocado de toucinho, jerimum ou abóbora cozida [...]” (FREYRE, 1996, p. 178). Nas grandes fazendas, os proprietários resistiam a deslocar cativos suficientes da produção mercantil para o trabalho nas roças de subsistência, como a própria autora reconhece. Alguns cativos cultivam milho, hortaliças, etc. em pequeninas roças, não recebendo alimentação dos escravizadores, estendendo os dias de trabalho ao descanso dominical. A coleta era feita em detrimento dos raros momentos de repouso ou em forma clandestina.

Mas como, então, a autora chegou a sua proposta fabulosa? A solução da charada não é difícil. Em algumas regiões e fazendas, a base da alimentação dos cativos era o arroz. Em outras, o feijão preto. Os mais ricos escravistas compravam charque. Nas bordas das florestas, margens dos rios, litoral marítimo, a caça, a pesca, a coleta podiam contribuir para a alimentação do cativo. E assim por diante. Se juntarmos a comida de todos, no prato de um, chegamos ao proposto pela autora, que se afasta substancialmente das condições médias precárias de alimentação dos escravizados, fartamente documentada pela historiografia (p.ex., LUCCOCK, 1975, p. 30-32; DEBRET, 1970, p. 268; SEIDIER, 1976, p. 238; DEAN, 1977, p. 76; COSTA, 1982, p. 130 *et passim*; DUARTE, 1849, p. 7-9).

Ninguém trabalhava!

Kátia Mattoso também nos tranquiliza sobre o que esperava o africano no Brasil, quanto ao trabalho. Afirma que as “descrições aterradoras” sobre o trabalho servil eram próprias apenas a “determinadas realidades”. Portanto, momentos singulares, não recorrentes. Para ela, “em geral, o trabalho somente” se tornava “insuportável em períodos limitados”. Logo, em geral, seria *suportável*. Resumindo, o trabalho excessivo era a exceção! Nem mesmo isso, pois a autora nega a “noção de excesso de trabalho”, afirmando que ela é “relativa”! (MATTOSO, 1982, p. 119). Descarta, assim, a exaustão biológica, fisiológica e psicológica pelo excesso de trabalho, contra a qual os trabalhadores

se mobilizaram no passado e seguem se mobilizando no presente.

Se a fantasia sobre a alimentação era grande, o desvario sobre o trabalho não tem limites! Também nesse domínio a escravidão seria uma festa. Escorando-se em Maurício Goulart, sem corar, afirma que “os dias de trabalho não passavam de 250 ao ano” (MATTOSO, 1982, p. 119). Ou seja, os trabalhadores do eito, das catas, das minas, das charqueadas, ao ganho, folgavam 115 dias por ano! Praticamente dez dias por mês! Mais de dois, por semana! Acredite quem quiser! Aqui, é difícil compreender como se construiu o dado fabulo. Mesmo folgando nos sábados e domingos, restariam aos cativos onze dias de férias ao ano!

É-nos impossível imaginar como, nos séculos 16, 17, 18 e 19, a escravidão colonial conseguiria conceder tão rica alimentação, exigindo tão pouco trabalho dos produtores diretos, apesar de ser modo de produção, rústico, de escasso desenvolvimento das forças produtivas materiais, baseado essencialmente no esforço físico individual! E, além de financiar suas condições de existência (tempo de trabalho necessário), o cativo devia produzir sobre-trabalho abocanhado pelos segmentos improdutivo das classes dominantes europeias e americanas - capitalistas, rentistas, industrialistas, comerciantes, escravistas, administradores, etc. Questão à qual a autora responderia, talvez, dizendo que o ‘cálculo econômico na escravidão é uma noção relativa’!

Mesmo reconhecendo que a escravidão rural, dominante, era relativamente mais dura do que a urbana, a autora centra sua análise nas aglomerações, apoiada no argumento de que as cidades produziram mais documentos! Em sua narrativa, jamais enfatiza a dominância qualitativa e quantitativa da produção e do trabalho escravista rural. Produção e trabalho que estão entre as suas menores preocupações. Na descrição da escravidão urbana, sugere alguns cenários idílicos. “Os escravos são geralmente artesãos, que têm no mercado de trabalho uma situação análoga [sic] à dos homens livres: eles próprios alugam seus serviços, negociam seus acordos e recebem o pagamento, parte do qual reverte a seus senhores” (MATTOSO, 1982, p. 57). Uma das principais acepções de “análogo” é “comparável”. Ou seja, o cativo conhecia condições de trabalho semelhantes aos trabalhadores livres independentes! Só que, os últimos ficavam com toda a remuneração de seu trabalho e tinham plena autonomia, nos limites da época em que viviam!

No mundo urbano, os trabalhadores escravizados jamais gozaram a autonomia sugerida por Kátia Mattoso. Os cativos de ganho, de aluguel, artesãos, domésticos, etc. eram permanentemente vigiados pelas autoridades, pela população livre, pelos proprietários (ALGRANTI, 1988). Sobre eles, pesava sempre a ameaça do castigo e da tortura, no caso de transgressões mínimas ao que era visto como ordem, disciplina e bons

modos, como registram as posturas municipais através do Brasil (MAESTRI, 2001). Ao contrário do proposto, pouco restava ao ganhador após pagar o devido ao proprietário. Valéria Zanetti calculou que, entre 1840-1860, em Porto Alegre, o ganhador recebia, por jornada, em torno de \$640 (seiscentos e quarenta réis) e devia entregar, ao explorador, \$428 réis. Com os \$212 réis que lhe sobravam, podia comprar um quartilho (meio litro) de cachaça **ou** uma réstia de cebola **ou** três línguas secas (ZANETTI, 2002, p.80). O que dimensiona os esforços que um cativo não especializado devia fazer para sobreviver.

Ninguém Apanhava!

Portanto, apenas o castigo físico sistemático, tido tradicionalmente como meio de manter a disciplina, a produção e a ordem nas fazendas, catas, roças, charqueadas, estâncias e residências, degradaria relações de trabalho onde a remuneração alimentar era farta e rica e o produtor folgava quase quatro meses por ano! Ledo engano! Para Kátia Mattoso, também a punição física não fazia parte do cotidiano servil no Brasil. “Os castigos corporais também servem para manter a ordem através do exemplo. Mas sua aplicação não fazia parte **absolutamente** da vida diária do escravo. Ninguém nega que tenha havido senhores ou senhoras sádicos.” [destacamos] (MATTOSO, 1982, p. 116).

Uma rápida consulta a qualquer dicionário português esclarece que a acepção corrente no Brasil de “absolutamente” é “de maneira alguma; sem possibilidade”. Portanto, o castigo não fazia definitivamente parte do dia-dia do cativo, como prática ou ameaça. Do mesmo modo, a principal acepção do termo “sadismo” é “psicopatologia” ou “condição caracterizada pela mudança do estado normal que consiste na obtenção de prazer (sexual), através da humilhação e/ou do sofrimento sentidos por outra pessoa”. A sugestão é clara. Os escravistas que castigavam fisicamente os trabalhadores eram doentes psíquicos, com inclinações mórbidas, exceções que se afastavam da norma dos seus pares.

Também segundo Kátia Mattoso, os escravistas procuravam que os cativos se ligassem a eles “por laços afetivos”, reconhecendo o “trabalho bem” feito, o que gerava “respeito mútuo”. Sobretudo, *prefeririam* a “persuasão à imposição” e ao castigo. (MATTOSO, 1982, p. 106-7). Com destaque para o Nordeste, “os senhores de engenho substituíam a violência e as ameaças por uma verdadeira manipulação de caráter patriarcal e paternalista” (MATTOSO, 1982, p. 103). Registre-se o deslize *semântico* entre a primeira e a segunda frase. Na primeira, afirma-se que o escravista *preferia* a *persuasão*. O que não nega o recurso à pena física, nem que seja excepcional. Na segunda, propõe-se que a violência física era *substituída* [no pretérito perfeito no texto], portanto, *descartada*, em favor da

manipulação. Porém, não se tratava de manipulação psicológica malévola, já que os escravizadores buscavam fazer do cativo um verdadeiro “membro da grande família” patriarcal (MATTOSO, 1982, p. 124). E nos casos excepcionais em que o “chicote, o tronco, a máscara de ferro, ou o pelourinho” eram aplicados, devia-se essencialmente à *inadaptação do escravo à sua condição*. [destacamos] (MATTOSO, 1982, p. 117).⁵ Questão à qual retornaremos oportunamente.

Portanto, podemos imaginar o cenário idílico. Sob o sol escaldante, em um engenho nordestino, dezenas ou centenas de cativos e cativas esforçavam-se diligentes nas tarefas pesadas e infundáveis dos canaviais, em jornadas de 16 e mais horas, fogueados pelas palavras e atos melosos dos seus proprietários! O resultado da operação ideológica empreendida pela autora é claro. Negam-se as evidências históricas que registram a prática da coerção física como elemento sistêmico, usado com parcimônia ou com mão pesada, para a sustentação da ordem, da disciplina e da produção escravista, que exigiam ao produtor trabalho longo e pesado, entregando-lhe remuneração somática em alimentação, vestuário, alojamento, etc.

No conteúdo e na forma, *Ser escravo no Brasil* repete os painéis gentis traçados pelos escravistas sobre a escravidão que praticavam, assinalados por Rui Barbosa, em 1884, com mordaz ironia: “A benignidade dos senhores, a suavidade das relações domésticas entre o cativo e a família do proprietário, no Brasil, asseguram ao oprimido condição invejável ao jornalista europeu, aos proletários dos centros industriais, ao operário agrícola da Irlanda [...]” “[...] o tratamento (dos cativos) é bom; não há suplícios; têm (o) que vestir; alimentação não lhes mingua; os senhores, por sentimento inato e hábito comum, são-lhes verdadeiros pais” (BARBOSA, 2012, 47).

O Bom e o Mau

Em inícios dos anos 1980, a compreensão do escravismo colonial como modo de produção historicamente novo, determinando, em forma dominante ou subordinada, formações sociais singulares; a forte heterogeneidade, na unidade, dos trabalhadores escravizados; o caráter mercantil e natural da produção escravista, etc. foram importantes conquistas historiográficas (CARDOSO, 1973; GORENDER, 2013). Elas permitiram superar as explicações moralistas, *psicologizantes*, maniqueístas, culturalistas, etc. do tratamento dos cativos, acabando com o estereótipo do senhor *sádico* ou *paternal*, consagrado por Gilberto

⁵ Diário de Minas, propriedade de J.F. de P. Castro, quinta-feira, 7 de junho de 1866, ano I, nº 6, p. 4.

Freyre, em 1933-36.

Em geral, na média dos casos, a intensidade e a frequência do castigo eram ditadas pelas exigências da produção e da ordem servil, mais do que pelas idiossincrasias dos escravistas. O arguto José Antônio Gonçalves Chaves, charqueador lusitano, *proprietário* de cativos e *crítico* da escravidão, defendia essa posição, ao responder àqueles que acusavam os portugueses de fazerem os cativos “instrumentos de seus deboches”. “[...] nós tratamos mal os escravos; mas tanto não cremos que isso seja devido a nosso caráter nacional que não admitimos eles fossem mais bem tratados por outra qualquer nação [...] em nossas circunstâncias [...]” (CHAVES, 2004, p. 97). A mesma visão *internacionalista* a que chegou o historiador estadunidense Robert Conrad, após mais de vinte anos de estudos frutíferos sobre a escravidão colonial e o tráfico de cativos. “Circunstâncias idênticas produziram resultados idênticos, praticamente sem relação com as peculiaridades nacionais, tradições legais, posturas raciais ou religiosas” (CONRAD, 1985, p. 16).

O castigo-tortura independia no essencial das idiossincrasias individuais e nacionais. O *escravista severo* enfatizava o castigo enquanto o *bondoso* inclinava-se à moderação. Um e outro serviam-se necessária e sistematicamente da *correção física*, como prática e ameaça, na manutenção da disciplina e da produção (KARASCH, 2000, p. 170 *et seq*). O medo permanente do escravista do atentado servil reforçou igualmente a cultura e a institucionalização da violência como dissuasivo, impulsionando mais o excesso do que a contenção. O padre Antonil propunha que, em um engenho, não deviam faltar trabalho, comida e castigo para manter o trabalhador na ordem. Após lembrar que o feitor-mor deveria ser temido pelos cativos devido ao seu poder de “repreender e castigar”, lembrava sintomaticamente que nenhum feitor devia castigar com “paus” um trabalhador, já que podia ir além do *necessário* e “ferir mortalmente” uma *propriedade* que valia “muito dinheiro” (ANTONIL, 2001, p. 88).

Em 1827, o alemão Von Weech escreveu o ensaio intitulado *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial*, onde registrou a visão dominante dos escravizadores sobre o trabalhador feitorizado: “[...] todos, sem exceção, são indolentes e têm grande inclinação para o roubo e as bebidas alcoólicas.” “Nada impede o negro de se comportar como um monstro, a não ser a covardia e o temor ao castigo, e qualquer impressão moral lhe é estranha à alma [...]” (WEECH, 1992, pp. 95, 7). Em seu *Manual do agricultor brasileiro*, de 1839, o fazendeiro francês Carlos Autusto Taunay, radicado no Brasil, foi límpido quanto ao necessário castigo e ameaça de castigo dos cativos: “Qual será a mola que os poderá obrigar a preencher seus deveres? O medo, e somente o medo, aliás empregado com muito sistema e arte, porque o excesso obraria contra o fim que se tem em vista” (TAUNAY, 2001, p. 55).

Nos momentos finais do cativeiro, o gramático e ficcionista naturalista Júlio Ribeiro registrou no romance *A carne* a visão dos escravizadores sobre as *necessidades* dos cativos: "[...] preto precisa de couro e ferro como precisa de angu e beata." Ou seja, castigo, comida e roupa. (RIBEIRO, sd., p. 32.)

Devido às determinações sócio-produtivas, um escravista podia ser, ao mesmo tempo, *brutal* e *patriarcal*. No sul do Brasil, o estancieiro-charqueador tratava em forma rígida os cativos charqueadores, devido ao seu grande número, por unidade produtiva, e ao trabalho intensivo que executavam (GUTIERREZ, 2011). Na estância, a pequena quantidade de *cativos campeiros* - em geral, de três a cinco -, para 4.300 hectares, e um processo produtivo extensivo, semi-natural, intermitente, permitiam disciplina relativamente menos tensa (MAESTRI *in*: MAESTRI, SANTOS, ESSELIN, 2010, p. 212-300). Por além das diferenças conjunturais de comportamento dos escravizadores, o castigo e a ameaça do castigo eram elementos sistêmicos da produção escravista urbana e rural. Nas cidades, os cativos que deviam ser castigados mais duramente, eram entregues às autoridades públicas municipais, aos milhares, que cobravam pelo trabalho. No Rio de Janeiro, no anos 1820, o castigo era ministrado no Campo de Sant'Ana. Os castigos físicos *domésticos*, ministrados com palmatórias, tapas, lambadas, etc. eram repartidos domesticamente, como assinalou pioneiramente José A. Goulart, em 1971, salvo engano, em primeiro trabalho de fôlego no Brasil dedicado a essa questão (GOULART, 1971).

A vida, o valor e a resistência do cativo eram travas ao castigo corrente. Travas que se suspendiam, quando se punia exemplarmente transgressões graves. Nesses casos, os cativos podiam ser literalmente surrados até a morte, também para aterrorizar a escravaria. O historiador Solimar Oliveira Lima anotou 40.950 chicotadas, determinadas por tribunal de justiça de Porto Alegre, entre 1818-33, impostas a 131 trabalhadores escravizados. As condenações de cativos do sexo masculino a, além de outras penas, até 1.500 chicotadas, seriam forma de executar condenados, saltando o demorado e imprevisível recurso *ex-officio* ao Rio de Janeiro, em caso de pena de morte. As chibatadas eram ministradas cinquenta por dia, fora os domingos, dia santificado em que os executores do castigo não podiam trabalhar (LIMA, 1997, p. 131 *et seq.*).

Máquinas Humanas

As duras condições médias de vida e de trabalho dos cativos produtivos não dependiam da bondade do escravizador. Enquanto o tráfico negreiro introduziu africanos escravizados, a preços baixos e em quantidade, por razões econômicas e disciplinares, ao

escravizador era-lhe, tendencialmente, interessante e necessário *gastar* rapidamente o trabalhador rústico para substituí-lo por um cativo novo. Assim, o proprietário recuperava rapidamente o investimento realizado na compra do trabalhador, precavendo-se de fugas, mortes por doenças, etc. Os cativos novos eram geralmente jovens, saudáveis, mais flexíveis à disciplina, pois conheciam pouco o país, a língua, etc.

Kátia Mattoso assinala o interesse do escravista na alta rotatividade, sem porém reconhecer as suas importantes decorrências econômicas. Reafirmando sua negativa que o “escravo” morresse “jovem porque trabalhava demais”, propõe ser o “proprietário de escravos [...] um empresário” que não deixaria “deliberadamente desvalorizar-se” “capital indispensável” a “seu empreendimento” (MATTOSO, 1982, p. 119, 118). Impugnando essa visão trivial do cativo como espécie de jóia a ser entesourada e não produtor que se consumia e envelhecia, o historiador rio-grandense Décio Freitas propunha sobre essa questão: “O preço pago pelo escravo representava a mais-valia [sic] capitalizada a ser obtida mediante exploração de sua força de trabalho. Como qualquer máquina, estava sujeita a uma taxa de depreciação [...]. Ultrapassada idade econômica, o rendimento de seu trabalho decrescia gradativamente, até tornar-se anti-econômico. Para que o senhor-de-engenho pudesse operar com escravos velhos e cansados, seria mister que o mesmo fizessem seus concorrentes. [...]” (FREITAS, 1978, p. 22).

As Cores do Brasil

No livro de Katia Mattoso, tijolo por tijolo, reconstrói-se a escravidão como um promissor “universo novo com as cores da terra brasileira [sic]”. Nele, o cativo “fiel, obediente, humilde” estabelecia “espécie de intimidade” com o explorador, obtendo uma “identidade nova” e, sobretudo, a “garantia protetora da família do senhor”. Uma progressão que lhe permite chegar “gradualmente a associado” do seu explorador, subindo na “escala social” desse “mundo tranquilizador” que lhe era oferecido. Nesse processo, o africano alcançava comumente “modos de vida muito civilizados [sic]” (MATTOSO, 1982, p. 102-7, 109-11, 123, 168). Em verdade, na “casa do senhor”, “todos os escravos” passavam a integrar família do “tipo patriarcal”, onde encontravam “geralmente a estabilidade e a ternura que vão marcar sua vida afetiva.” O termo “ternura” é o substantivo de “terno”, sinônimo de “afetuoso”, como a ternura materna. Um conjunto de signos totalmente inapropriados ao campo semântico e, sobretudo, à esfera social da escravidão.

Para a historiadora, uma vez introduzido na família patriarcal - ou *maternal?* -, o cativo passava a ser literalmente “filho” do seu escravizador. Um filho, é certo, “menos

privilegiado que os filhos [legítimos], mas nem por isso menos filho.” (MATTOSO, 1982, p. 124). Estudando os “filhos de criação”, em Pelotas, Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas após a Abolição, a partir do depoimento de velhos senhores e senhoras negros, Agostinho Mario dalla Vecchia circunscreveu o caráter profundamente despótico dessa forma semi-servil de exploração, nascida do fim da escravidão (VECCHIA, 1998; VECCHIA, 1994). Para Kátia Mattoso, pequeninas, as “crianças escravas” conheciam as “alegrias e os folguedos deliciosos de uma liberdade relativa” (MATTOSO, 1982, p. 128, 131). Com essas e outras *palavras doces*, a historiadora descreve cenas comoventes do cotidiano servil onde proprietários admiram extasiados “as cambalhotas dos negrinhos brincando com cachorros de grande porte” (MATTOSO, 1982, p. 128). Cenários idílicos quase fotocópias das narrativas de Gilberto Freyre, de 1933 e 1936, que fala da “doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América”. Para o célebre sociólogo, “às vezes”, o “senhor pobre” “extremava-se” “em ternuras verdadeiramente paternas, das quais decorria crescer o afilhado escravo em situação cultural quase igual à dos filhos [...]” (FREYRE, 2003, p. 435; 1996, p. 104).

Chegamos, portanto, a um impasse. O trabalhador escravizado no Brasil comia muito, trabalhava quase nunca e apanhava apenas quando ‘genioso’. Porém, essa realidade praticamente radiosa teria sido desmentida pela alta mortalidade e a baixa vida útil média dos escravizados, que impulsionaram, por séculos, o comércio transatlântico e, a seguir, por décadas, o tráfico interprovincial (CONRAD, 1985; GOULART, 1975; MARQUES, 1999). Nesse processo, apesar de talvez cinco milhões de africanos e africanas aportarem com vida no Brasil, sobretudo entre 1560 e 1860, em 1888, quando da abolição da escravatura, o Brasil tinha menos de dez milhões de habitantes, mesmo recebendo importante fluxo de imigrantes europeus, que conheceram altas taxas demográficas de crescimento, ao se estabelecerem como camponeses proprietários.

Para nossa autora, não haveria correspondência entre a alta mortalidade e as duras condições de existência servis. “O excesso de trabalho não explica [...] a grande mortalidade da escravaria.” Então, diacho, por que morriam aos montes? Bem, a culpa seria do... clima! No Nordeste, os negros escravizados acabavam-se devido a resfriados e doenças afins, motivadas pelas bruscas variações de temperatura diárias de... seis graus centígrados! (MATTOSO, 1982, p. 120). Se assim fosse, no extremo sul do país, com variações muito mais elevadas, não teria sobrado um! Mas, além do clima, a *raça* negra e as enfermidades seriam também responsáveis pela mortandade. “[...] a taxa de mortalidade de negros era superior à de brancos e mestiços” (MATTOSO, 1982, p. 120-1). Não causada pelos malfeitos da escravidão, mas devido à inadaptação biológica do *negro* ao Brasil! “[...]”

biologicamente os brancos beneficiavam-se de uma seleção multi-secular. Brancos e mestiços criaram defesas e resistiram melhor que os negros a certas infecções. [...] os negros morrem em maior número que os brancos, por não se adaptarem às novas condições [...]” (MATTOSO, 1982, p. 121). Ou seja, o português, apenas chegado do Reino, morria no Brasil menos do que o afro-descendente de primeira ou segunda geração, desde que não salvo por mestiçagem de efeitos genéticos positivos. Outro retorno às visões racistas e eugênicas de Freyre, sobre os atributos raciais diferenciados e adquiridos de brancos, negros e índios (FREYRE, 2003, p. 74, 337 *et seq*).

Simetria e Interdependência escravistas

Persistentemente, Kátia Mattoso constrói cenário fabuloso onde o escravismo colonial é embalado sobretudo por fatores *culturais*, *étnicos* e *naturais* e jamais por determinações sócio-econômicas. “As relações de produção não bastam, pois para definir a escravidão, elas limitam abusivamente tudo aquilo que permite situar essa massa de indivíduos não obrigatoriamente participantes de um modo definido de produção [...]” (MATTOSO, 1982, p. 19, 101). Trataria-se de estranha instituição, autônoma às determinações materiais, sustentando-se em tradições, mentalidades e práticas culturais, ao modo do famoso barão de Münchhausen, que se salvou de afundar em banco de areia movediça, ao puxar-se pelos cabelos!

Negam-se as determinações materiais e sociais e impugna-se que os trabalhadores escravizados constituíssem uma classe, considerando-se a multiplicidade de *atividades* que desempenhavam e, portanto, a diversidade de “mentalidades”. O que, *mutatis mutantis*, significa negar o caráter de classe - *em si* - para os trabalhadores contemporâneos, devido à diversidade de ocupações profissionais e, conseqüentes, de *mentalidades* - soldador, eletricitista, pedreiro, torneiro mecânico, hidráulico, manobrista, pintor, petroleiro, etc.

O descolamento e a autonomia das práticas escravistas em relação às determinações materiais e sociais permite a proposição das fantasiosas condições econômicas de existência do cativo, já vistas, explicadas a partir da *benignidade* estrutural do escravismo-escravizador, embaladas pela *cooperação* e *concorrência* de interesses entre escravizadores e escravizados. Na construção de cenário social crescentemente pacificado, a resistência do trabalhador escravizado é negada e, assim, afastada como elemento analítico central da escravidão, transformando-se em fenômeno marginal, próprio a africanos e afro-descendente desajustados, como veremos.

São estabelecidas, assim, arbitrariamente, as condições para interpretar a formação

escravista no Brasil a partir da interação, não contraditória, entre explorados e exploradores. Afirma-se, simplesmente, em forma axiomática, a ‘interdependência’ e ‘simetria’ entre *senhores* e *cativos*, apenas esboçada quando da descrição do tráfico. Na mineração, a “passos lentos mas com frequências irreversíveis [sic], o escravo passa gradualmente a associado” (MATTOSO, 1982, p. 109). Os próprios “níveis de hierarquia social” são “implacavelmente sentidos” tanto na “classe *dominada*”, quanto na ‘*classe dominante*’.” (os grifos são da autora) (MATTOSO, 1982, p. 72).

Descreve-se um mundo tendencialmente simétrico, onde “crianças brancas e pretas” são “embaladas pelas mesmas canções”. Propõe-se “solidariedades sinceras” entre escravizadores e cativos, “com mais frequência do que se admite” (MATTOSO, 1982, p. 128, 131). Sempre na esteira de Freyre, a perda do *status* de escravo, ao ser emancipado, é para Kátia Mattoso uma maldição. Trata-se de um verdadeiro drama, quando o trabalhador escravizado é alforriado, deixando de gozar da “ajuda eficiente de um senhor” (destacamos) (MATTOSO, 1982, p. 205). Mattoso pontifica que “apreender o exato funcionamento do sistema” é compreender que o “cativo depende do senhor, mas o senhor também depende do escravo.” Na ordem da frase, a dependência do escravizado precede logicamente à do escravizador (MATTOSO, 1982, p. 211). Negando os laços dialéticos hegelianos que uniam, na *contradição* e na *oposição*, *exploradores* e *explorados*, Kátia Mattoso esquece que, sem o explorador, o cativo come mais e trabalha menos e, sem seu trabalhador, o *amo* tem que tomar o caminho da roça, para alimentar-se!

Adaptar-se e adaptar-se

Para o cativo da cidade - e também “dos campos” -, a adaptação e colaboração com os escravizadores são a “única estratégia possível, pois o negro, para subir na escala social e conquistar sua parcela de vida privada”, “necessita utilizar os valores da sociedade branca de adoção [sic]” (MATTOSO, 1982, p. III). A autora serve-se recorrentemente da categoria “sociedade branca”, atinente à cultura, em vez de “sociedade escravista”, nascida das relações sociais de produção e exploração. Registre-se que a sociedade escravista “adota” e não explora-submete o cativo. O africano trazido ao Brasil era escravizado, mas também “tomado como filho” pela sociedade que o escravizara.

Em uma verdadeira apologia da servidão voluntária, Kátia Mattoso promete ao trabalhador escravizado que se verga plenamente, promoção no novo mundo que o *acolhe*. “[...] três qualidades essenciais [fidelidade, obediência, humildade] conformam a personalidade do ‘bom escravo’, pois assim o negro, que estava marginalizado [sic] e a

quem o senhor deu [sic] um ‘devoir faire’, adquiriu uma competência, um ‘savoir-faire’, uma fonte de poder” (MATTOSO, 1982, p. 102). Um poder certamente *simbólico*, pois as relações escravizadores-escravizados não se dão, como vimos, para Mattoso, no mundo material! Quando referida, a resistência do trabalhador escravizado aponta para a luta contra a perda de cultura ancestral e não, em sentido lato, de luta pelo produto de seu trabalho. “A parente amenidade das relações que se estabelecem entre senhores e escravos [...] é [...] forma eficaz e sutil de resistência do negro face a uma sociedade que pretende despojá-lo de toda uma herança moral e cultural” (MATTOSO, 1982, p. 103). Resistência pela manutenção de “herança moral e cultural” e não dos produtos do trabalho expropriados, como proposto.

A Resistência Servil - O Cativo no Divã do Psiquiatra

Kátia Mattoso esbarra em contradição ainda maior. Nesse mundo idílico de colaboração e concordância, como explicar a sistemática oposição-resistência consciente, semi-consciente e inconsciente do escravizado, aberta ou surda, contra suas condições de existência. Resistência expressa através de múltiplas formas singulares de oposição, de vasta e ininterrupta ocorrência - apropriação de bens, sabotagem, suicídio, fuga, revolta, insurreição, quilombo e, sobretudo, o ‘desamor’ ao trabalho. Fenômenos intrínsecos ao cotidiano servil que determinaram profundamente aquela sociedade, em múltiplos e variados aspectos. A autora resolve esta contradição desqualificando-a qualitativa e quantitativamente.

Kátia Mattoso ocupa-se pouco, superficial e ideologicamente da resistência/oposição, vista como ato marginal, seguindo sempre a trilha aberta pelo sociólogo de Apipucos (MAESTRI, 2004). Menos de dez por cento das 277 páginas são dedicadas ao tema, a partir de fontes literalmente indigentes, para trabalho que afirma servir-se de “bibliografia bastante completa”. A autora desqualifica, minimiza e, finalmente, restringe a resistência aos trabalhadores escravizados ‘inadaptados’. Se escravistas mandavam os cativos *improdutivos*, insubmissos e rebelados à sala do tronco, à prisão, ao pelourinho e ao patíbulo, Kátia de Queiróz Mattoso manda-os para o divã do psicanalista!

A resistência ou a integração do cativo à escravidão, opções sugeridas como decisões conscientes, lineares, ininterruptas, cabais e sem graduações, nasceriam de fatores subjetivos, culturais e existenciais, jamais de base material e social. “Além disso, é simples o dilema do homem preto [sic], escravo vindo da África: ou bem não se consegue adaptar,

não passa de refugio [sic], e só lhe resta a luta sem quartel, o suicídio, a fuga, a revolta; ou então, consegue integrar-se mais ou menos bem, mais ou menos rapidamente nessa sociedade que o acolhe [sic] [...]" (MATTOSO, 1982, p. 107).

Nesse domínio, a discípula supera o mestre, já que, para Gilberto Freyre, a falha maior na integração desejada não era do cativo, mas do "amo". Para ele, o trabalhador escravizado se rebelava quando se quebrava o *pacto* ou *acordo* implícito estabelecido entre ele e o escravizador. "Quando os brancos fracassavam como pais sociais de seus escravos negros para os tratarem como simples animais de almajarra, de eito ou de tração [...], é que muitos dos negros os renegavam", passando à resistência e à rebelião (FREYRE, 1996, p. 523).

Deixando-se Levar

Aos cativos apenas desembarcados ou estabelecidos no país, havia sempre a alternativa *doce* de adaptar-se, de jogar o jogo, de deixar-se levar, de vestir livremente o jugo de uma sociedade que, no frigidar dos ovos, praticamente não os explorava, não os espezinhava, não os diminuía, ao menos substancialmente. Uma instituição que, sobretudo, *acolhia* o africano escravizado, permitindo que construísse universo todo seu, o "mundo dos negros", ao lado do "mundo dos brancos". Segundo o Dicionário Aurélio, os principais sentidos de "acolher" são "Receber em sua casa; recolher", "Receber com agrado", "Recolher-se, refugiar-se", tratando-se portanto de um vocábulo que aproxima a escravidão mais a uma mãe extremosa do que um pai-patrão intransigente.

Era na *servidão voluntária* - na qual não se vê *contradictio in terminis* - que o cativo alcançava a *liberdade* possível. Fora dela, na negação, na oposição, na resistência, na inconformidade, que, para a autora, é sempre total, incondicional, como vimos, conheceria apenas o inferno na terra do Brasil. "Quando o negro não consegue criar seus espaços necessários de liberdade [sic], não encontra família, grupo, confraria, divertimento próprio, e somente então, recusa a disciplina do trabalho e passa ao terrível [sic] domínio da repulsa, dos castigos, das revoltas" (MATTOSO, 1982, p. 117).

A *falha*, o *hiato*, o *fracasso* era todo do cativo, de sua incapacidade de aceitar a acolhida oferecida. Vimos que, para a autora, o trabalho estafante, a comida pouca, o alojamento deficiente, a falta de autonomia, a ameaça do castigo-tortura, etc. jamais organizaram essa espécie de paraíso escravista. Portanto, apenas desvios comportamentais, psicológicos, *déficits* culturais etc. impediam a desejada e necessária adaptação à escravidão, que levaria a um mundo tranquilo, adocicado pela *ternura* do *amo*, e à

possibilidade da liberdade por manumissão. Caminho que garantia a *paz social* entre oprimidos e opressores, o sonho dourado dos exploradores de todos os tempos.

Realidade Pouco Conhecida

Em forma peremptória, sumária e aproximativa, Kátia Mattoso pronuncia-se sobre a resistência servil, literalmente ignorando essencialmente a já importante produção científica então disponível. Como não cita suas fontes, nem explicita o tratamento que lhes dá, é quase impossível conhecer as raízes de muitas de suas visões, em geral mirabolantes. Por exemplo, a autora propõe que os cativos procuravam “às vezes, encontrar um senhor melhor”. Afirmção à qual junta comentário socialmente *pacificador*, ao afirmar que, “com frequência”, “passavam do ruim ao pior”(MATTOSO, 1982, p. 153). Clara *sugestão* de que deveriam ter-se mantido na subordinação aos escravizadores originais!

O que sabemos sobre o fenômeno não aponta nessa direção. Comumente, o cativo fugia, não para procurar um “senhor melhor”, mas para *acoitar-se* com proprietário que lhe concedia, no geral, melhores condições de vida em troca de um trabalhador pelo qual não pagara. Tratava-se de relação clandestina, à margem da lei, que o cativo podia, no geral, quebrar, com auto-denúncia. Tão habitual era esse recurso que, nos anúncios de cativos fugidos, os proprietários introduziam habitualmente o aviso: “Protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutar.”⁶ E, alguma razão teriam os cativos a procurar um *acoitador*! Cativos tentavam forçar suas vendas por parte de proprietários particularmente despóticos. Salvo engano, não temos informação que permita avaliação peremptória sobre o resultado dessas últimas iniciativas.

Kátia Mattoso segue enfática na criticaria às diversas formas de luta servis. A própria fuga do cativo estaria comprometida pelo fato de que era “praticamente impossível viver sozinho no imenso Brasil” (MATTOSO, 1982, p. 154). Não sabemos à que época e região se refere a autora. Sobre viver sozinho, temos o depoimento direto do ex-cativo cubano Esteban, de 1963, relatando que fugira da plantação para as matas da província de Las Villas, certamente semelhante a muitas regiões do Brasil escravista. Esteban relata que a vida, sozinho, era mais “saudável” do que no *barracón*, sentindo-se “mais ou menos em férias” (BARNET, 1967, p. 45 *et seq*). Temos informação sobre grande número de fujões perambulando pelas matas do Brasil.

⁶ Diário de Minas, propriedade de J.F. de P. Castro, quinta-feira, 7 de junho de 1866, ano I, nº 6, p. 4.

Sempre Preso

Para essa antagonista da resistência, o cativo que fugia “quase sempre” era “recapturado” (MATTOSO, 1982, p. 154). Para qual época e região, em que documentação se apoia Kátia Mattoso, para proferir afirmação taxativa abrangendo séculos de fugas em múltiplos contextos? Em inícios de 1980, sabíamos que, apesar das mortes e aprisionamentos, a imensa maioria dos palmarinos vivera e morrera em liberdade (FREITAS, 1978; GOMES, 2010). Milhares de cativos fugiram do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, de São Paulo, do Grão-Pará, etc. para territórios estrangeiros, obtendo para sempre a liberdade da escravidão (BRAZIL, 2006, p. 33-42; MAESTRI, 2006, p. 9-32; PALERMO, 2013, p. 253 *et seq.*). Grande número de cativos sulinos integraram as tropas artiguistas (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 32, 39). Durante a revolta farroupilha, bem mais de mil cativos escaparam para o Uruguai, Entre Ríos, Corrientes, Paraguai (PETIZ, 2006, p. 45 *et seq.*). Estimativas sobre regiões e épocas precisas sugerem que até 7% da população escravizada mantinha-se em fuga [Município de Rio Grande, 1856-9]! (MAESTRI, 2006, p. 31). Mary C. Karasch foi clara sobre a fuga no Rio de Janeiro nos anos 1808-1850: “Os anúncios nos jornais registram um quantidade extraordinária de fugitivos e os estrangeiros comentavam sempre o número incomum de fugitivos nas cidades.” Robert Conrad aponta no mesmo sentido: “Poucos eram os proprietários ricos que não tinham fugitivos no rol de seus escravos [...]” (KARASCH, 2000, p. 309; CONRAD, 1975, p. 20).

No relativo ao suicídio, a autora literalmente delira, registrando desconhecimento mesmo superficial do fenômeno. Descartando como razões profundas do suicídio o desespero, a angústia, a depressão, a enfermidade, a separação, etc., ela afirma que era sempre o medo que levava ao suicídio, sugerindo-o como vingança ao escravizador! “[...] um medo vingador [sic] para o qual todos os métodos são válidos: asfixia engolindo a língua, enforcamento, estrangulamento, geofagia”, além, é claro, do *banzo!* “Pois o escravo decidido a morrer perde apetite, emagrece e morre: é o famoso 'banzo', suicídio lento, doença da saudade” (MATTOSO, 1982, p. 155).

Ao homem é impossível matar-se engolindo a língua voluntariamente. Porém, em tal modo morrem, sem o quererem, epiléticos, alérgicos, asmáticos, engasgados, etc. A geofagia é resposta inconsciente à fome extrema específica, devida à carência de elementos imprescindíveis ao metabolismo, como sais minerais. A morte nesse caso é também causada por verminose (*Ancylostoma sp*) (MAESTRI, 1988, p. 96). A explicação do banzo é bem menos romântica. Picados na África pela mosca glossina, africanos morriam no Brasil de tripanossomíase. Como a *tsê-tsê* jamais se aclimatou no Novo Mundo, a *doença do sono*

era desconhecida no Brasil (COSTA, 1982; MENDES, 1977. p. 85). Toda a documentação aponta que os cativos se suicidavam, sobretudo, enforcando-se, afogando-se, com os instrumentos do trabalho.

A autora aborda também em forma sumária e aproximativa as comunidades de cativos fugidos. Forma fundamental de ruptura do cativo com a escravidão, o quilombo é visto como refúgio “aparentemente [sic] menos” precário do que as “frágeis repulsas individuais [sic] da fuga, do suicídio ou da desobediência”. Quase nada temos sobre os múltiplos tipos de quilombos, sobre seus laços econômicos e *políticos* com a sociedade escravista, etc (MOURA, 1959). São igualmente comuns as afirmações paradoxais: “[...] o quilombo jamais é fruto de um plano premeditado [...]”. O que sugere que os cativos, encontrando-se por acaso nos sertões e matas, entre um assunto e outro, decidiam fundar um mocambo! Na documentação arquivada encontramos comumente informações como a denúncia da africana Maria, de 20 anos, residente em Pelotas. Diante das autoridades policiais, ela acusou o africano Antônio, 40 anos, por tê-la tentado “seduzir”, por duas “vezes”, convidando-a a “fugir com ele para um quilombo” onde viveria como “forra” (MAESTRI, *in*: REIS & GOMES, 1996, p. 312).

Na discussão da *essência* do quilombo de Palmares, como um Pilatos saudosista, a Kátia Mattoso divide-se entre as soluções culturalistas de Nina Rodrigues - “regressão tribal” - e Arthur Ramos - “resistência cultural”. Também os quilombos não seriam expressão da resistência contra a submissão-exploração escravista, mas sobretudo “uma solução a todos os problemas de inadaptação [sic] do escravo aturdido [sic] entre a comunidade branca e o grupo negro” (MATTOSO, 1982, p. 161, 158). Ou seja, sem saber se abraçava um dos dois *mundos* a sua disposição, fugia *pro* mato! Nega-se, portanto, à comunidade de cativos fugidos sua *essência* definidora, na Antiguidade e em qualquer região das Américas escravistas, a qualidade de *locus* de utilização da força de trabalho em proveito próprio (MAESTRI, 1987, p. 115-123; MAESTRI *In*: MAESTRI & PONGE, 2002, p. 47-74).

Nascido para a Alforria

O livro encerra-se com a abordagem do “Deixar de ser escravo”, à qual dedicam-se mais de sessenta página, quase tantas às empregadas na discussão do “ser escravo” no Brasil. Na apologia da mobilidade social sob a escravidão, a autora enfatiza a importância da alforria. “Nessa sociedade escravista existe uma certa mobilidade que permite passar da condição de mão-de-obra à de artesão de talento ou de doméstico, por exemplo, que

proporciona também a esperança de uma alforria [...]” (MATTOSO, 1982, p. 106).

Essa é a parte relativamente mais interessante do trabalho, já que a autora apoia a discussão, sempre em viés *integracionista*, em ampla investigação arquivada sobre as manumissões em Salvador.

Entretanto, também nesse domínio, são muitos e enormes os hiatos historiográficos, registrando o amplo desconhecimento de Kátia Mattoso da instituição como um todo e, talvez, a vontade de ampliar as possibilidades reais de libertação do cativo, por além das instituições escravistas reais. Ao contrário do que ela propõe, o cativo que conseguia “cruzar as fronteiras do Império” não conquistava, diante da legislação do Brasil, “sua liberdade”, ainda menos “se retorna[sse] ao país”. Pauta obsessiva da diplomacia imperial foi a devolução dos cativos fugidos para nações vizinhas. “Servir como soldado” não foi “recurso para [o cativo] obter a liberdade”. Se descoberto, ele era devolvido ao proprietário. Se cativo de vários proprietários fosse libertado por um deles, os demais não se viam “na obrigação de fazer o mesmo”. Apenas, ele se libertava por 1/3, 1/4 etc. Os senhores não eram obrigados a libertar um cativo, mesmo oferecendo seu preço de mercado. O escravizado que se casasse com “cônjuge” livre não se libertava. Desde o período colonial, denominava-se de “escravo da nação” o pertencente ao Estado, e não ao chegado após 1831. Ao contrário da alforria gratuita, a manumissão paga não era revogável por ingratidão, a não ser por vício maior. Nela, o cativo se *comprava*, passando a legítimo proprietário de si mesmo! (MATTOSO, 1982, p. 177-80).

Nessa terceira parte, como nas duas anteriores, a tradução frouxa, descuidada e não raro truncada do texto francês aumenta ainda mais a imprecisão da narrativa - são inúmeras as transcrições sem sentido ou com sentido diverso ao texto original, etc., devido a lapsos, não raros, grosseiros de tradução. Apenas um exemplo: se a proposta de que o escravo em geral “ne connaît pas les lois” [“não conhece as leis”] é *no geral* correta, a afirmação em português de que ele “não tem leis” é totalmente errada (MATTOSO, 1979, p. 205; MATTOSO, 1982, p. 179). Como é de supor que a autora tenha lido a tradução e tivesse conhecimento suficiente da língua portuguesa, não nos detivemos no controle mais sistemático dessa questão, tomando sempre como base o texto em português, de 1982.

Ao igual que outros trabalhos, para regiões e épocas diversas, a investigação de Kátia Mattoso para Salvador comprova ter sido a manumissão onerosa e gratuita privilégio de uma pequena minoria, de, sobretudo, cativos urbanos, crioulos, artífices, domésticos, do sexo feminino. Perfil que variou, porém, como também lembra a autora, segundo as conjunturas econômicas, do tráfico, da produção, etc. “Muito poucos [sic] escravos realizaram seu sonho de liberdade. Representam um porcentual ínfimo [...]” (MATTOSO,

1982, p. 199).

Nessas páginas, descreve-se amplo e detido quadro das relações entre libertos crioulos, mulatos, africanos e a sociedade escravista, na Bahia e através de todo o Brasil, apesar de aqui e ali reconhecer-se a insuficiência de documentação ou o pouco desenvolvimento na época das investigações. “Não possuímos qualquer estudo sobre a naturalização de escravos africanos” (MATTOSO, 1982, p. 201). Pontifica-se, por exemplo, sobre o papel eleitoral do liberto, apesar de afirmar-se ignorar “totalmente o número de alforriados que conseguiram elevar-se ao *status* humilde [sic] de eleitor primário [...]”. Reconhece-se também que o “caso dos libertados rurais”, cativos que dominavam em forma desbordante o mundo escravista, seja uma “história ainda [...] bastante misteriosa para nós [...]” (MATTOSO, 1982, p. 201-2).

Em consonância com o elogio permanente das possibilidades apresentadas aos cativos pela ordem escravista do Brasil, propõe-se para os libertos uma vida mais do que problemática, mesmo na Bahia, em certos aspectos de qualidade inferior a dos trabalhadores escravizados. “O liberto trocou a segurança do trabalho por uma liberdade completamente [sic] ilusória, visto que, social e economicamente, ele continua a ser associado aos escravos, tendo deixado de gozar, em geral, da ajuda eficiente de um senhor.” “Tudo acontece como se a sociedade escravista brasileira, que praticou a alforria com uma liberalidade muito maior do que a de outras sociedades escravistas do Novo Mundo, o fizesse com a consciência e mesmo a certeza de que a distinção entre escravo e liberto não passava finalmente de um logro, simples questão de palavras, um engodo ao bom trabalhador” (MATTOSO, 1982, p. 205-6). Escapa totalmente à autora que o liberto, sobretudo “bom trabalhador”, obtinha sua autonomia relativa e o domínio dos frutos de seu trabalho, não sendo mais obrigado a entregar a parte do leão ao escravizador! Os cativos urbanos de Porto Alegre, assinalados por Valéria Zenetti, se libertos, embolsavam faceiros os \$640 réis que ganhavam diariamente, conhecendo assim uma vida certamente humilde e objeto de discriminações, mas superior, material e imaterialmente, em forma substantiva à vivida como escravizados. Conheciam, igualmente, autonomia legal, podendo decidir, no geral, quanto aos atos civis - casamento, emprego, moradia, etc.

A sugestão da autora é clara. Encerrada em sua própria retórica, magnetizada pelas suas construções fantasmagóricas, retomando uma das mais queridas apologias de Freyre sobre a escravidão, Kátia Mattoso termina sugerindo que muitos dos cativos preferiam o cativeiro à liberdade, já que “a comunidade negra e branca” lhes proporcionavam os “marcos de uma adaptação razoável?” (MATTOSO, 1982, p. 167-8). Em *Sobrados e mucambos*, o sociólogo propusera que o “negro com quem Saint-Hilaire” conversara em Minas Gerais

e se confessara “satisfeito com” a “vida de escravo” era “limpidamente representativo” dos “escravos de sua época”! (FREYRE, 1996, p. 524).

Em todos os casos, a separação do cativo de seu escravizadora pela alforria *total* era uma degradação, mesmo em Salvador e na Bahia, terras de todas as transgressões e acomodações. Se ocorresse no *Sul* - em geral, ignoramos o que precisamente se designa com tal designação geográfica totalizante - podia se transformar em uma verdadeira maldição. Por isso, a autora apresenta com melhores olhos as alforrias condicionais, que negavam ao escravizado a liberdade no aqui e no agora. “Do ponto de vista psicológico, essa pobre liberdade sob condições cria para o escravo uma situação mais confortável: ele recupera alguns dos direitos da pessoa humana. Entra como pessoa na comunidade familiar do senhor” (MATTOSO, 1982, p. 213). Ou seja, não perdia de todo o apreciado vínculo empregatício.

Ao concluir seu trabalho, Kátia Mattoso, que não nega elogios à Bahia, sua terra de adoção, realiza corte radical entre a escravidão “sob o céu clemente e acolhedor do nordeste”, com ênfase para a servidão baiana, e o cativo *sulista*, com destaque para o paulista. Para não desorganizar a classificação geográfica forçada, quase não aborda a escravidão no Rio de Janeiro (ver, entre outros: KARASCH, 2000; GOMES, 1995; PINHEIRO, 2002). Já sem travas, praticamente põe fim, na escravidão nordestina e baiana, ao racismo, estabelecendo a democracia racial, *no período escravista*. “Ao filho do liberto já não se pergunta sua origem, nem a cor de sua pele.” “O mulato engenhoso conquista ali seu diploma de homem branco [...]” No Sul, ao contrário, em “meio onde a imigração branca é realmente importante”, a sociedade “repele como um ser inferior” ao “escravo” e ao “liberto”, assim como a seus filhos, devido a sua cor. “Não encontram [ali] as solidariedades necessárias a um verdadeiro progresso econômico [sic]” (MATTOSO, 1982, p. 217, 221, 218).

A abordagem da Abolição é coerente com a longa viagem empreendida através do maravilhoso país da escravidão. Realizada em “época em que o sistema escravista” se exauria, ela “liberta [sic] as classes produtoras do país de um trabalho ultrapassado”. Nesse livro onde ficção em prosa e historiografia se abraçam e se confundem, a autora serve-se de *historieta*, da qual também não assinala a fonte, para definir sua visão sobre a Abolição. Vejamos o *causo*. Após quatro dias de festa, celebrando o 13 de maio, na ilha de Itaparica, o feitor teria enxotado os ex-escravos de engenho - e quem os substituíram? Então, para eles, “começa nesse instante [sic] uma vida de errância e sofrimento”, pois feitor “já não há para alimentá-los, nem senhor para tratá-los e vesti-los” (MATTOSO, 1982, p. 238-9). Não eram, portanto, os cativos que, com seu trabalho, alimentavam, vestiam e davam morada ao feitor, ao escravista, ao comerciante ...

É a abolição da escravatura que Gilberto Freyre, nostálgicos dos bons tempos vividos pelos senhores-de-engenho, desancara e anatematizara. Maldita abolição que na voz de Kátia Mattoso, “abandona à sua sorte o liberto [sic], desorganiza os circuitos de trabalho em benefício dos homens livres [sic] e anula os ajustamentos sociais [sic] criados por três séculos de sistema escravista” (MATTOSO, 1982, p. 239).

Em um outro abismal registro do desconhecimento - ou da omissão - dos fatos que aborda, Kátia Mattoso termina, em monumental injustiça histórica, culpabilizando pelos limites da Abolição, não aos escravistas e os grande proprietários, mas aos... abolicionistas que conheceram, não raro, a calúnia, a segregação social, a prisão e, até mesmo, a morte em sua luta contra a instituição infame (CONRAD, 1975; COSTA, 2008; BRITO, 2008). Segundo a visão torta da autora, eles “limitaram-se a libertar o escravo, sem pensar em sua reinserção econômica e social.”⁷

Bibliografia Citada

- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente*. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ARMEILIN, Bruno. (Org.) *La condizione dello schiavo*. Autobiografie degli schiavi neri negli Stati Uniti. Torino: Einaudi, 1975.
- BARBOSA, Rui. Parecer no 48-A de [...] sobre o Projeto no 48. In: *A abolição no parlamento : 65 anos de luta, (1823-1888)* 2. ed. Brasília : Senado Federal, 2012. 2 vol. p. 47.
- BARNET, Miguel. *Esclave à Cuba: Biographie d'un 'cimarron' du colonialisme à l'indépendance*. Paris: Gallimard, 1967. pp. 45 et seq. [*Memória de um cimarrón*. São Paulo: Marco Zero, 1986.]
- BRAZIL, Maria do Carmo. Sonhos de liberdade. A escravidão e o fenômeno das fugas além-fronteiras em Mato Grosso colonial. *Revista História & Luta de Classes*, 3, nov. 2006. pp .33-42;
- BRITO, J. Lima. *A abolição na Bahia. (1870-1888)*. Salvador: CEB, 2008.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e traficantes no Império português: o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2012.

⁷Cf. MAESTRI, Mário . 1888: A Revolução Abolicionista no Brasil. *Revista (In)visível*, Portugal, v. 1, p. 41-48, 2012. <http://revistainvisivel.com/wp-content/uploads/2012/10/artigo-mario-maestri-invisivel-um.pdf>

- CANOT, Teodoro. (Conneau). *Memórias de un tratante de escravos*. Buenos Aires, Cronos, 1947. [1854].
- CARDOSO, Ciro Flamarión S. El modo de producción esclavista colonial en América. Assadourian et al. *Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- CHAVES, Antonio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4 ed. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. (1885-1888). Rio de Janeiro: Brasília, INL, 1975.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. 8. ed. rev. Ampliada. São Paulo: Ed UNESP, 2008
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEBRET, J. Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1970.
- DUARTE, José Rodrigues de Lima. *Ensayo sobre a hygiene da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmaert, 1849.
- ELTIS, David. *The rise of african slavery in the Americas*. New York: Cambridge University Press, 2000.
- FREITAS, Décio. *Os guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- FREITAS, Décio. *Escravidão de índios e negros no Brasil*. Porto Alegre: EST/ICP, 1980.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre [sic] o regime da economia patriarcal*. 47. ed. rev. São Paulo: Global, 2003 [1 ed. 1933].
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: a continuação de Casa Grande & Senzala*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. 758 pp. [1 ed. 1936].
- GOMES, F. dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro: séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GOMES, Flávio. *Mocambos de palmares: histórias e fontes, séc. XVI-XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- GASTON, Martin. *Histoire de l'esclavage dans les colonies françaises*. Brionne: Gérard Monfort, 1948.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. [1 ed. 1978].
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

- GOMES, Flávio. *Mocambos de Palmares: histórias e fontes, séc. XVI-XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo*. Rio de Janeiro: Conquista; INL, 1971.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2 ed. Passo Fundo: UPF Editor, 2011.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1080-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LIMA, Solimar Oliveira. *Triste pampa: resistência e punição de escravos em fontes jurídicas no RS/1818 - 1833*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro. E partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975.
- MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.
- MANNIX, D. P & COWLEY, M. *História de la trata de negros*. 2 ed. Madrid: Alianza, 1970.
- MAESTRI, Mário . *Schiavitù coloniale e lotta di classe*. Quaderni di Storia (Bari), Itália, Bari, v. 1, n.1, p. 115-123, 1987.
- MAESTRI, Mário. *Servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MAESTRI, Mário . *Lo schiavo coloniale: lavoro e resistenza nel Brasile schiavista*. 1. ed. Palermo: Sellerio, 1989.
- MAESTRI, Mário. *L'esclavage au Brésil*. Paris: Karthala, 1991.
- MAESTRI, Mário. *Pampa negro: quilombos no Rio Grande do Sul*. REIS, João José & GOMES, Flavio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana no Brasil escravista*. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.
- MAESTRI, Mário . Benjamin Péret: um olhar heterodoxo sobre Palmares. In: MAESTRI, Mário; PONGE, Robert. (Org.). *O quilombo dos Palmares*. 1ed. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2002, v. 1, p. 47-74.
- MAESTRI, Mário. MAESTRI, Mário. Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado: gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil. *Cadernos IHU*, ano 2, n. 6, 2004, Instituto Humanitas Unisinos, Unisinos, São Leopoldo. p. 17 [<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu?start=30>]

- MAESTRI, Mário. Catando Cipo. O cativo fujão no Brasil escravista: história e representações. *Revista História & Luta de Classes*, 3, nov. 2006. pp. 19-32.
- MAESTRI, Mário . O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). In: MAESTRI, Mário; SANTOS, J.R.Q. dos; ESSELIN, Paulo. (Org.). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2010, v. 2, pp. 212-300.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral : conquista portuguesa e genocídio tupinambá no litoral brasileiro. século 16*. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2013.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. Pref. C. F. Cardoso. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MATTOSO, K. de Q. *Être esclave au Brésil. XVIIe.-XIXe. siècle*. Paris: Hachette, 1979.
- MENDES, Luiz António de Oliveira. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brazil*. (1793). Porto: Escorpião, 1977.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Zumbi, 1959.
- LOPEZ, Eduardo Ramon Palermo. *Tierra escravizada: El Norte Uruguayo en la primeira mitad del siglo 19*. Montevideo: TierraAdentro, 2013.
- PARK, Mungo. *Voyage dans l'intérieur de l'Afrique*. Paris : Maspero/La Découverte, 1980.
- PETIZ, Silmei de Sant'ana. *Buscando a liberdade: As fugas de escravos da província de São Paulo para o além-fronteiras (1815-1851)*. Passo Fundo: UPF, 2006.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Crise e resistência no escravismo colonial: os últimos anos da escravidão na província do Rio de Janeiro*. Passo Fundo: UPF, 2002
- REDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RIBEIRO, Júlio. *A carne. o. A carne*. Rio de Janeiro: Império, sd..
- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia de Letras, 2005.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. [1779-1853]. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-21*. Porto Alegre: Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdiUSP, 1974.
- SEIDIER, Carl. *Dez anos no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Martins; Brasília, INL, 1976.
- TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- VINCENT, Bernard. *Amistad: les mutins de la liberté*. Paris: l'Archipel, 1998.

ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840 – 1860)*.

Passo Fundo: UPF, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo:

Companhia das Letras, 1995.

WEECH, J. Friedrich Von. *A agricultura e o comércio no sistema colonial* [tradução Débora

Bendocchi Alves; revisão da tradução Maria estela Heider Cavalheiro]. São Paulo: Martins

Fontes, 1992.